

NP 405 - REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS: UMA NOVA PROPOSTA
PARA UM NOVO CONTEXTO

Fernanda Maria Guedes Campos; José Manuel Motta de
Sousa; Lucília Paiva; Margarida Maria Paiva; Maria
Isabel Faria

= RESUMO =

Após um breve historial da NP 405 e justificação da sua importância para o técnico da documentação e para o utilizador, salientam-se os aspectos mais relevantes que orientaram os trabalhos da Subcomissão 4 (Dados Bibliográficos) da CT7 (Comissão Técnica de Normalização da Documentação) na sua revisão.

Referem-se os vários tipos de documentos abrangidos pela norma e explicitam-se pontos que poderão suscitar alguma discordância ou polémica: níveis da referência, pontuação, forma dos cabeçalhos, autoria, uso de maiúsculas, listas bibliográficas e citações.

Justificam-se as opções tomadas na perspectiva, quer dos documentos de apoio utilizados, quer da conciliação necessária entre as exigências dos técnicos da documentação e os interesses dos utilizadores.

Apresentam-se algumas reflexões que visam a sensibilização dos técnicos para a necessidade do conhecimento da estrutura desta norma e para a importância do papel que lhes cabe na sua difusão e implantação junto do público em geral.

= ABSTRACT =

After giving a brief account of NP 405, the reason of its importance for the user and for the information specialist is presented.

The most considerable aspects which oriented the works of the Sub-committee 4 (Bibliographic Data) of CT7 (Technical Committee of Documentation Standardization) in its revision are pointed out.

Some references are made to the several types of documents embraced by the standard and the aspects which may give rise to disagreement or controversy are expressed: reference levels, punctuation, headings form, authorship, use of capital letters, bibliographic lists and citations.

The assumed options concerning both the selected documents of support and the required adjustment between the demands of information specialists and user interests are justified.

Some considerations are made in order to touch technicians for the need of knowing the structure of this standard and for the important role they may play concerning its dissemination and implementation near the public.

1- INTRODUÇÃO

Quem não ouviu falar da NP 405 para a elaboração de referências bibliográficas? Quem não a utilizou já?

Estas perguntas motivam, com certeza, nos profissionais da informação em Portugal, uma resposta afirmativa. A verdade é que a NP 405 - Referências bibliográficas. Elementos essenciais - editada em 1966, na sua já longa existência, tem sido a norma portuguesa mais utilizada e a que mais se tem imposto numa área heterogénea de utilizadores. Ela corresponde - e positivamente - ao que os serviços de informação e documentação necessitavam e, facto significativo, ao que os utilizadores comuns pretendiam: um instrumento de trabalho conciso, claro e sucinto, destinado à referência de documentos gráficos. Como tal, foi sem margem de dúvida, útil e prestou importante apoio aos autores na elaboração de bibliografias e referência dos documentos consultados.

Note-se que em muitos casos foi adoptada como código de catalogação dos fundos bibliográficos, facto explicável pela não existência, até 1984, de regras portuguesas de catalogação(1).

Tanto o técnico da informação como o utilizador encontraram na NP 405 um instrumento que lhes permitiu normalizar, de certa forma, os respectivos procedimentos.

Fácil de utilizar, foi sobrevivendo como prática corrente, apesar de, hoje em dia, estar ultrapassada em vários aspectos e de revelar lacunas importantes, nomeadamente na falta de cobertura de diversos tipos de documentos.

Na perspectiva de que uma norma é sempre um instrumento de trabalho que necessita de actualização e adequação constantes a NP 405 começou a ser revista em 1987 pela Subcomissão 4 - Dados

(1) Comprovam-no os resultados do inquérito efectuado junto de 27 bibliotecas portuguesas de vários tipos (FARIA, Isabel [et al.] - Análise da normalização da informação em Portugal : propostas de metodologia para a sua promoção. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1, Porto, 1985 - A informação em tempo de mudança : Actas. Porto : 1985, vol. 1, p. 224). "No caso das monografias é de salientar que 70% dos serviços utilizavam a ISBD (M) e 20% a NP 405; nas publicações em série 50% utilizavam a ISBD (S) e 16% a NP 405; para artigos e publicações em série, 70% utilizavam a NP 405". Neste último caso, a justificar a percentagem verificada, o facto do aparecimento mais tardio da ISBD (CP).

Bibliográficos - da CT7 - Comissão Técnica de Normalização da Documentação.

Uma palavra se impõe, desde já, para justificar tão longo tempo de revisão.

Na verdade, o grande número de Comissões Técnicas de Normalização a funcionar sob a responsabilidade do organismo de normalização nacional - IPQ - Instituto Português da Qualidade, obrigou este, por dificuldades de coordenação de todas as comissões, a uma reestruturação, no sentido de descentralizar algumas, transferindo-as para outros organismos das respectivas especialidades que passaram a designar-se por Organismos de Normalização Sectorial - ONS. A CT7 foi, por isso, convidada a encontrar um organismo que a acolhesse. A Biblioteca Nacional, contactada para o efeito, aceitou o desempenho destas novas funções.

Naturalmente, um processo deste género tem implicações diversas pelo que foi longo, originando grandes atrasos no andamento de todos os trabalhos de normalização da área da Documentação e Informação o que se reflectiu no andamento da revisão da NP 405.

Foi pelos motivos apontados que esta norma, na fase de projecto desde 1988, só voltou a merecer novos estudos quando todas as Subcomissões da CT7 retomaram em pleno a sua actividade, em 1991.

Curiosamente, sentimos, no entanto, que este atraso se veio a revelar benéfico porque permitiu:

- um maior amadurecimento das ideias no tocante aos objectivos reais que, na actualidade, podem ser preenchidos pela nova norma;

- um estudo da normalização internacional sobre referências bibliográficas baseado em documentos mais recentes, com a consequente comparação de soluções encontradas;

- um conhecimento mais fundamentado dos interesses que, quer os técnicos da informação, quer os utilizadores pretendem ver solucionados.

A nossa presença neste 4º Congresso BAD visa, precisamente, dar a conhecer o estado dos trabalhos, justificar as opções que tomámos para casos que possam ser considerados polémicos e testemunhar o entusiasmo que nos tem movido.

2- A REVISÃO DA NP 405

Considerando que as normas não resultam de interesses de sistematização, mas de necessidades sentidas e verificadas em todos os sectores da produção, compreende-se que os textos normativos elaborados em determinado momento da evolução dos conhecimentos sejam periodicamente objecto de revisão. Pretende-se assim que continuem a ser os apoios válidos na fixação da terminologia, qualidade, métodos de análise e ensaios, definindo com clareza e rigor os produtos considerados.

E afinal a importância da normalização como factor de progresso, rentabilidade e uniformização.

A normalização da documentação reflecte naturalmente o impacto resultante do aumento exponencial do volume da informação. Exige-se com acuidade acrescida que a transferência da informação, desde a produção editorial à utilização dos documentos, se processe de uma forma coerente, uniforme, cómoda e facilmente detectável.

As modificações verificadas nos suportes físicos, apresentação, tratamento catalográfico, tipologia dos documentos, reprodução e aplicação das novas tecnologias justificam assim as revisões periódicas das normas.

Bastará recordar a nível internacional, as AACR e os documentos ISBDs emitidos pela IFLA, que determinaram alterações profundas nos princípios adoptados para a parte descritiva da ficha bibliográfica.

A actividade da ISO acompanhou naturalmente as modificações no sector da transferência da informação, reformulando muitos dos textos normativos elaborados pelos diversos grupos de trabalho e comissões técnicas. O mesmo aconteceu em Portugal.

A nível da normalização internacional das referências bibliográficas, a ISO 690 demonstra exactamente a aplicação e aceitação das alterações surgidas e impostas pela informatização dos dados bibliográficos.

Pelas mesmas razões e com a agravante de ser uma norma de 1966, se tornava imperiosa a revisão da NP 405.

2.1- Princípios Orientadores

Iniciados os trabalhos de revisão em 1987 definiu-se, desde logo, como política a observar, a aproximação aos princípios preconizados na ISO 690.

Outras preocupações tidas, desde início, foram relativas à terminologia e ao rigor técnico. Não se podia, no entanto, elaborar um texto de difícil leitura e interpretação. Neste sentido procurou-se, sempre que possível, a difícil conciliação das exigências profissionais com os interesses dos utilizadores.

A adequação às novas tecnologias, muito especialmente as resultantes da informatização dos dados bibliográficos, foi também facto considerado. Assim se justifica, por exemplo, que em vez de seguir uma apresentação tipográfica rígida, com a utilização obrigatória de determinados tipos de letra ou de relevos tipográficos para determinados elementos se optasse, nas bibliografias e listas bibliográficas, pela obrigatoriedade de destacar apenas o elemento título da forma que mais conviesse ao utilizador (sublinhados, aspas ou relevos tipográficos).

A fim de proporcionar a flexibilidade desejável, de modo a satisfazer exigências diferentes, distinguiram-se nos elementos a incluir nas referências bibliográficas os Essenciais, Recomendáveis e Facultativos.

A Subcomissão preocupou-se também com a inclusão de uma variada gama de exemplos, que permitisse ilustrar a aplicação prática dos princípios estabelecidos.

Dada a extensão da norma, entendeu-se da maior utilidade a elaboração de um sumário e de um índice, que facilitassem a sua consulta.

2.2- Ambito da Norma

O enorme aumento da tipologia documental e a diversidade dos suportes em que é apresentada a informação consultada, trouxeram consigo a necessidade de alargamento do âmbito da NP 405.

Assim, enquanto que nela se consideravam apenas as referências bibliográficas de publicações ou parte de publicações sob a modalidade de "livros, folhetos e folhas", "publicações periódicas e em série", "contribuições em trabalhos colectivos, miscelâneas, etc". e "artigos em publicações periódicas", que pressupunham como único e exclusivo suporte o papel, ao redigir-se uma nova versão da norma houve que contemplar uma informação mais diversificada.

Para isso e, no que respeita à documentação impressa, foram consideradas as monografias (na totalidade, capítulos, partes ou páginas), as publicações em série (na totalidade ou em parte), os

artigos de publicações em série, as séries monográficas (como monografia ou como publicação em série), as teses, as actas de congressos, os relatórios científicos e técnicos, os documentos legislativos e judiciais, as publicações religiosas, as patentes, as normas, a música impressa e os documentos sob a forma de resumos.

Como é sabido, toda esta gama de documentos pode ser apresentada em suportes menos convencionais que o papel, como a microficha, o microfilme, a banda magnética, etc.

Os documentos considerados material não livro serão alvo de uma norma específica que, desde já, aqui se deixa anunciada.

Os documentos de arquivo foram inicialmente contemplados. Quem quer que tenha consultado o projecto desta norma tê-los-á por certo encontrado nos pontos 4.14.2, 4.13, 4.14 (1 e 2), 4.16 e 4.17.

Uma reflexão mais aturada da Subcomissão, aliada à ponderação das sugestões que nos foram enviadas como resultado da fase de inquérito a que foi sujeito o projecto, estiveram na origem de uma mais rigorosa sistematização da documentação a considerar na norma; daí que tivéssemos sido levados a apresentar esta norma como uma espécie de tríptico: referências bibliográficas de documentos impressos, documentos de arquivo e material não livro.

Para lá do já referido alargamento do âmbito da norma houve ainda outros aspectos omissos na norma anterior, que achámos conveniente introduzir nesta. E o caso das citações bibliográficas, figuras do trabalho científico escrito, que "permitem identificar a publicação onde foram obtidos a ideia, o excerto, etc. e indicar a sua localização exacta na fonte".

2.3- Documentos de Apoio Utilizados

Para a elaboração da norma que pretende apresentar-se, decidiram os elementos por ela responsáveis, proceder a um levantamento rigoroso de material bibliográfico com ela relacionado.

Procedeu-se a um estudo comparativo das normas então existentes sobre esta temática e pareceu-nos que os documentos fundamentais a considerar na sua estruturação e posterior elaboração seriam a ISO 690 (2) e a norma Americana (3). A primeira,

(2) Na primeira fase foi considerada a edição de 1985 e, mais tarde, foram revistos todos os aspectos à luz da 2ª edição desta mesma norma, datada de 15 de Agosto de 1987.

(3) ANSI Z39.29 1977.

devido à forma sistematizada e imediata como apresentava a informação e dada a sua natureza de norma internacional, a segunda pelo vasto leque de documentos impressos que considerava, níveis de descrição e apresentação gráfica sob a forma de quadros.

Subjacentes a todo o trabalho técnico estão os princípios estabelecidos nas "Regras Portuguesas de Catalogação" complementados pelas "AACR", nos pontos em que as primeiras são omissas. Estão-no, também, as ISBDs, normas de terminologia e outras.

2.4- Aspectos a Realçar

Parece-nos útil referir alguns pontos da Norma que, por se afastarem da metodologia seguida pela NP 405 (1966) ou dos princípios das "Regras Portuguesas de Catalogação", podem ser alvo de polémica e consequentemente merecerem algumas reflexões/justificações sobre as opções tomadas.

Com o objectivo de melhorar a sua compreensão e com vista ao alargamento da sua utilização e difusão, igualmente útil se nos afigurou enunciar os aspectos considerados inovadores e a forma de apresentação dos elementos da referência bibliográfica.

2.4.1- Níveis e Quadros

A norma americana ANSI Z39.29 1977 contemplava a apresentação de três níveis através das designações: elementos essenciais, recomendáveis e facultativos e abrangia um leque alargado de documentos, por forma a responder a uma gama mais vasta de suportes documentais.

Procurava também, uma analogia com os níveis de catalogação preconizados pelas "Anglo American Cataloguing Rules" permitindo, que se elaborassem referências bibliográficas a partir dos catálogos tradicionais ou informatizados, sem alteração da descrição ou da pontuação. Socorria-se, para a apresentação dessas opções, da utilização de quadros.

Em 1985 o Projecto da Norma ISO/DIS 690.2 e, mais tarde, a Norma ISO 690 de 1987 apontavam dois níveis consignados através das designações: referência de base e elementos facultativos. Esses níveis distinguiam-se pela utilização de caracteres romanos e itálicos e abrangiam cinco tipos de documentos. A inclusão de um terceiro nível na NP 405, se por um lado apresentava o

inconveniente de tornar a norma extensa tinha, por outro, a vantagem de permitir a aproximação da descrição bibliográfica. Este argumento foi decisivo para a sua escolha, embora se entenda-se, que para a implementação da nova norma seriam aconselháveis acções de divulgação e promoção.

Pareceu-nos também que a inclusão das abreviaturas E (Essencial), R (Recomendável) e F (Facultativo) se tornaria mais explícita através do recurso a quadros/grelhas permitindo ao utilizador encontrar rápida resposta para os diferentes problemas em função do uso que entendesse fazer.

A fim de permitir uma orientação mais pormenorizada, incluíram-se nesses quadros os números das secções da Norma respeitantes às regras gerais de transcrição e especificação dos elementos da referência a aplicar.

Os grupos de exemplos que se seguem aos quadros ilustram, por ordem crescente, os três níveis possíveis de elaboração das referências bibliográficas.

2.4.2- Pontuação e Apresentação Bibliográfica

Os princípios de pontuação pelos quais se orientava a NP 405 de 1966 obedeciam aos seguintes parâmetros:

- inteligibilidade dos diferentes elementos no interior da referência bibliográfica;
- obediência à pontuação seguida nos exemplos transcritos;
- recomendação no sentido do respeito pelo princípio da uniformidade no interior de cada bibliografia ou lista de referências.

A ISO 690 1987 norteia-se pelos princípios de coerência da pontuação e refere a necessidade da separação nítida de cada elemento da referência do seguinte, através de ".", ":", etc. Afirma, contudo, que o esquema de pontuação utilizado na norma tem um carácter simplesmente exemplificativo e não vinculativo.

Os exemplos que a ISO apresenta aproximam-se da pontuação prescrita pela ISBD no que respeita à utilização dos ":" antes do complemento de título e nome do editor e na utilização de ";" antes da responsabilidade secundária. Afastam-se dessa pontuação no símbolo utilizado para separação de zonas e na inexistência de "()" para os dados referentes à série.

Se a necessidade de alteração da pontuação da NP 405 (1966)

era evidente, pelas razões já atrás apontadas, a solução, algo ambígua da ISO permitia um leque, quanto a nós demasiado vasto, de soluções.

A polémica subjacente a esta questão deixava perceber que, qualquer que fosse a decisão, iria acarretar desagrado, quer junto dos técnicos da documentação, por não reconhecerem outra pontuação além da prescrita pela ISBD, quer junto do utilizador comum, para quem esta última pontuação seria demasiado hermética. Daqui resultou a necessidade de, na fase de inquérito do Projecto, se auscultarem opiniões sobre este assunto, a fim de mais tarde se decidirem os reajustamentos a fazer de acordo com as críticas recebidas.

As opiniões apontavam para a necessidade de uma maior evidência na separação entre o Autor e o Título pelo que se considerou útil a utilização do hífen. A contradição que parece resultar da introdução de um elemento da pontuação, inexistente na ISBD, ficou, em nosso entender, de certo modo abolida, por se considerar que a sua função, não sendo a de separação de zona, teria a vantagem de permitir e facilitar uma maior intelegibilidade da referência bibliográfica.

Com excepção dos dados referentes à série todas as restantes opções se orientaram pela pontuação apresentada nos exemplos da Norma ISO.

2.4.3- Forma dos Cabeçalhos

Conforme já referimos, foi nossa intenção conciliar as exigências dos profissionais com os interesses dos utilizadores de forma a que, embora não nos afastando de um certo rigor técnico, também não tornássemos esta norma numas segundas regras de catalogação inacessível ao utilizador e, conseqüentemente, por ele não aplicada.

Foi uma vez mais nesta linha de orientação que entendemos dever respeitar a forma dos cabeçalhos de acordo com as "Regras Portuguesas de Catalogação" para os casos de autor-pessoa física e colectividade-autor, quer autor-instituição, quer autor-grupo eventual.

E, se nos pareceu acessível consignar na norma os princípios estabelecidos para estes casos, já nos pareceu extremamente exigente e mesmo irrealista pretender que qualquer utilizador aplicasse os cabeçalhos especiais para publicações legislativas, judiciais e religiosas.

Nestes casos entendemos que lhes seria mais fácil seguir uma certa lógica de entrar sistematicamente pelo título do documento

ou por um nome de um autor, caso este aparecesse como responsabilidade expressa. Convém salientar que sobre este aspecto não pudemos socorrer-nos da norma ISO, dado que nela este tipo de documentos nem sequer foi contemplado.

Uma vez mais queremos sublinhar que a NP 405 não é uma norma para a elaboração de catálogos e que para tal, isso sim, os profissionais deverão seguir com todo o rigor as regras preconizadas. Isto mesmo é realçado no objectivo e campo de aplicação desta norma.

2.4.4- Autoria

Antes de fazermos algumas considerações sobre a determinação da autoria, queremos também esclarecer que, por vezes, fizemos algumas cedências no rigor terminológico para possibilitar ao utilizador uma melhor compreensão da norma. É o caso da utilização do termo autor ou autoria em vez de responsabilidade principal ou secundária por não ser um termo familiar ao utilizador, o que poderia ser motivo para interpretações erradas.

Quanto à determinação da autoria, muito embora se seguissem as regras estabelecidas, foi feita uma excepção para editores literários, compiladores, anotadores e directores literários permitindo-se a sua entrada como autores principais sempre que apareçam destacados na página de título. Isto porque nas referências bibliográficas não se fazem entradas secundárias e não seria entendível pelos utilizadores que um documento que apresenta um nome de um responsável de forma bem destacada tivesse uma entrada pelo título como qualquer documento que não refere uma responsabilidade.

Convém salientar que também a respectiva norma ISO faz precisamente a mesma cedência. É uma questão de bom senso, cremos!...

2.4.5- Utilização de Maiúsculas

Não é novidade para ninguém que este ponto tem sido várias vezes motivo de controvérsia, dado que as regras de catalogação referem que o uso das maiúsculas é condicionado pelo uso da língua ou da escrita do documento e se seguem, muitas vezes, usos que não estão de acordo porque se ignoram as regras do país.

Este aspecto também foi para nós motivo de muita reflexão e de consultas várias.

Relativamente ao caso da língua e da escrita portuguesas, entendemos dever seguir-se o estabelecido no prontuário da língua portuguesa, pelo que preconizámos no projecto da norma, quer para títulos de publicações periódicas, quer para monografias, o uso de maiúsculas, embora fosse prática corrente nas bibliotecas o uso de minúsculas, nomeadamente para os títulos das monografias.

Apesar de nos custar esta decisão, ela era, no entanto, a única válida porque assentava no estabelecido pelo prontuário ortográfico e guia da língua portuguesa.

Ao fazermos a revisão do projecto, ainda que não tivéssemos recebido qualquer crítica a este ponto, voltámos a reflectir sobre ele, o que nos levou então a uma nova tomada de decisão, baseada já no novo acordo ortográfico da língua portuguesa. Mas, apesar de este acordo permitir que nos títulos de monografias se possam usar indiferentemente as maiúsculas ou minúsculas, decidimos que deveríamos estabelecer um princípio normalizador, que evitasse a utilização das duas formas.

Dado que já era corrente a utilização de minúsculas, exceptuando, claro está, a primeira letra da primeira palavra do título, foi este o princípio que estabelecemos. As maiúsculas usam-se, sim, para as primeiras letras de todas as palavras dos títulos de publicações periódicas.

2.4.6- Listas Bibliográficas

A NP 405 1966 apenas na parte final aludia à apresentação das referências bibliográficas em bibliografias e listas de referências que pouco ou nada esclarecia. Achou-se, no entanto, que era essencial apresentar princípios normalizadores neste campo, à semelhança da norma ISO 690.

Assim, estabelece-se que estas listas de referências bibliográficas sejam ordenadas alfabeticamente pelos apelidos do autor ou numa sequência numérica correspondente à ordem das citações do texto.

2.4.6.1- Apresentação

Quanto à apresentação das listas por ordem alfabética fez-se ainda uma especificação relativamente a casos em que nelas aparecem vários documentos do mesmo autor ou todos os documentos do mesmo autor.

2.4.6.2- Ordem dos Elementos

Muito embora a ordem dos elementos da referência bibliográfica deva ser sempre respeitada, entendemos que em listas bibliográficas se justificava a permissão de, em certos casos, destacar o elemento data, colocando-o fora da ordem estabelecida. Deveu-se este facto essencialmente aos motivos que passamos a apontar:

Uma forma de citação permitida pela norma é feita através dos elementos autor-data-localização. Neste caso, justifica-se plenamente que na respectiva referência bibliográfica se respeite a mesma ordem autor-data, de forma a verificar-se a coerência desejada.

Por outro lado, todos temos verificado que é muito corrente em várias comunidades científicas, utilizar esta mesma ordem nas listas de referências bibliográficas, pretendendo-se, deste modo, destacar o elemento data pela importância que reveste em termos de actualização da informação.

Pareceu-nos, pois, dever condescender neste ponto, permitindo um respeito por uma prática muito usada e que, pelos motivos apontados, se justificava.

2.4.7- Citações

De há muito que a necessidade de princípios orientadores para a elaboração das citações se fazia sentir.

A ISO, consciente dessa lacuna, entendeu consagrar ao assunto uma parte significativa, quer através da análise das relações referências bibliográficas/citações, quer através de indicações metodológicas para a elaboração de citações com base em diversos métodos: citações numéricas, em nota e citações autor-data-localização. Este último método sofreu alguns ajustamentos na versão de 1987, tendo sido especialmente adoptado para bibliografias, nas quais o elemento data é deslocado para junto do autor.

Pela nossa parte, entendemos que o texto da ISO era suficientemente explícito e abrangente para apenas merecer uma tradução.

Inicialmente pensou-se que seria útil consignar nesta Norma algumas abreviaturas muito usadas no âmbito das Humanidades tais como: idem, ibidem, op. cit., etc. Contudo, a extensão do documento parecia desaconselhar a inclusão desses dados vindo, a solução apresentada pela ISO para as segundas citações, resolver uniformemente a heterogeneidade das opções anteriores.

Como elemento novo e dada a sua frequência de utilização, consignou-se, apenas o caso de obras não consultadas e citadas por outro(s) autor(es) através do recurso às expressões "apud" ou "cit. por".

3. REFLEXOES FINAIS

Pretendemos apresentar a filosofia subjacente à revisão da NP 405. Ressaltamos ainda os seus aspectos mais significativos que, em nosso entender, merecem algumas reflexões.

A sua utilidade para os profissionais da informação, carenciados de um documento normativo que constituísse o instrumento de trabalho indispensável para a sua actividade é facto por todos nós reconhecido e desde há muito solicitado com insistência.

Mas a NP 405 destina-se, também, como já foi salientado, a uma vasta audiência constituída pelos utilizadores comuns que necessitam de elaborar referências bibliográficas, listas de referências e citações apresentadas de uma forma normalizada e exigida até pelas novas tecnologias, hoje de uso corrente.

O manusear de um número de publicação em série ou de uma monografia científica ou técnica comprova a afirmação de que uma percentagem elevada desses utilizadores não está motivada para a observância de princípios normativos na preparação e elaboração dos documentos por eles emitidos.

O que interessará agora, existindo a NP 405 a que se pretendeu dar a flexibilidade e facilidade de consulta aconselháveis é promover a sua utilização pelos interessados e efectuar acções de sensibilização junto de todos os intervenientes no processo de transferência de informação desde autores, serviços oficiais, entidades privadas, incluindo os editores comerciais, para que o documento seja conhecido, divulgado e, evidentemente, aplicado.

Se até aqui, nós profissionais da informação, nos sentíamos pouco motivados para impor aos utilizadores o uso de uma norma desactualizada e com grandes lacunas, de futuro a nossa responsabilidade será maior na sua difusão e orientação dos utilizadores na sua aplicação. Temos, a partir da sua edição, mais força e mais autoridade para fomentar o seu uso generalizado.

Que o desconhecimento da NP 405 nunca seja o motivo invocado para a sua não utilização, deverá ser a preocupação de todos os responsáveis.

O exemplo terá que partir dos profissionais da informação que aplicando-a e divulgando-a nos seus serviços podem e devem ser os agentes privilegiados no processo.